

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.849.083 - MG (2019/0343771-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**RECORRENTE** : PEDRO ASSUNCAO DA SILVA CHAVES  
**RECORRENTE** : MARCOS ASSUNÇÃO CHAVES  
**ADVOGADO** : GEOVANY PACELI SILVA VILAS E OUTRO(S) - MG062175  
**RECORRIDO** : JULIO ANTONIO CARRARO MENDONCA  
**ADVOGADO** : ANTONINO LUIZ RODRIGUES LOPES - MG075535  
**RECORRIDO** : LUIZ CARLOS ARAUJO  
**RECORRIDO** : CARRARO & ROCHA LTDA  
**ADVOGADO** : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE0000000M

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto por MARCOS ASSUNÇÃO CHAVES com fundamento na alínea "a" do permissivo constitucional em face de acórdão proferido pelo Eg. Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, assim ementado (e-STJ Fl. 76):

*"AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO DECORRENTE DE ACIDENTE DE VEÍCULO - AJUIZAMENTO DE AÇÃO NA ESFERA PENAL - APURAÇÃO DE OCORRÊNCIA DO CRIME PREVISTO NO CAPUT DO ART. 302 DO CNT - MATERIALIDADE DO ACIDENTE E IDENTIFICAÇÃO DOS ENVOLVIDOS - FATOS INCONTROVERSOS - ARTIGO 200 DO CC - INAPLICABILIDADE - PRESCRIÇÃO - OCORRÊNCIA - RECURSO PROVIDO.*

*- A pretensão indenizatória decorrente de acidente automobilístico prescreve em 03 (três anos), a teor do que dispõe do art. 206, §3º, inciso V, do CC.*

*- Nessas ações, somente se suspende o prazo prescricional, nos termos do art. 200 do CC, se o que estiver sendo apurado na esfera penal for prejudicial ao ajuizamento da ação civil, ou seja, se tratar da materialidade ou da autoria do fato. No caso em questão, o ajuizamento da ação indenizatória não dependia do ajuizamento da ação criminal, uma vez que inexistia dúvida a respeito da autoria do fato e da sua ocorrência.*

*- Ajuizada a ação indenizatória após decorrido o prazo prescricional trienal, deve o feito ser extinto em relação ao primeiro agravado, nos termos do art. 487, II, do CPC. Recurso a que se dá provimento."*

Nas razões do recurso especial, o recorrente aponta violação aos arts. 198, I,

e 200 do CC. Para tanto, sustenta, em síntese, que: (i) *"a responsabilidade civil exige-se autoria e materialidade sim, porém exige também a culpabilidade"* - (fl. 78); (ii) *"o 2º autor - recorrente portava 14 anos de idade na época do evento, (...) assim, estamos diante de causa suspensiva da prescrição em relação ao 2º autor recorrente, o que afasta a aplicabilidade do reconhecimento da prescrição promovida"* - (fl. 79).

É o relatório. Decido.

Na hipótese em exame, aplica-se o Enunciado 3 do Plenário do STJ: *"Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC"*.

No tocante à alegação de ofensa ao art. 198, bem como quanto à tese de que se exige também a aferição da culpabilidade para que haja a suspensão do processo, verifica-se que tais fundamentos invocados no apelo nobre não foram apreciados pelo Tribunal *a quo*, tampouco foram opostos embargos declaratórios para sanar eventual omissão. Dessa forma, à falta do indispensável prequestionamento, incide, por analogia, o óbice das Súmulas 282 e 356 do STF.

Nesse sentido:

***"AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PRESCRIÇÃO. PROCESSO CIVIL. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. NÃO REALIZAÇÃO DO COTEJO ANALÍTICO. RECURSO DESPROVIDO.***

*1. Aplicam-se as Súmulas n. 282 e 356 do STF quando as questões suscitadas no recurso especial não tenham sido debatidas no acórdão recorrido nem, a respeito, tenham sido opostos embargos declaratórios.*

*(...)*

*3. Agravo regimental desprovido."* (AgRg no AREsp 544.459/MT, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/11/2014, DJe 25/11/2014)

Diante do exposto, nos termos do art. 255, § 4º, II, do RISTJ, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO

Relator